AGRAVO DE INSTRUMENTO

PEÇA DE INTERPOSIÇÃO

1. ENDEREÇAMENTO (1.016 CPC)
2. REF. PROCESSUAL
3. QUALIF. AGRAVANTE (COMPLETA)
4. REF. AÇÃO PRINCIPAL
5. QUALIFICAÇÃO AGRAVADO
6. ADV. 1.016, IV, CPC
7. FUNDAMENTAÇÃO (1.015 CPC)
8. VERBO: INTERPOR
9. *NOMEN IURIS*: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO
10. PEÇAS OBRIGATÓRIAS E FACULTATIVAS (1.017 CPC)
11. PEDIDO: RPR
12. FECHAMENTO:
    a. DEFERIMENTO
    b. LOCAL/DATA
    c. ADV./OAB.UF

PEÇA DE RAZÕES RECURSAIS

1. NOME DA PEÇA: RAZÕES DE AGRAVO DE INSTRUMENTO
2. REFERÊNCIAS PROCESSUAIS
    a. AGRAVANTE
    b. AGRAVADO
    c. PROCESSO
    d. ORIGEM
3. EXPRESSÕES DE CUMPRIMENTO AO ÓRGÃO COLEGIADO
    a. EGRÉGIO TRIBUNAL
    b. COLENDA CÂMARA
    c. ÍNCLITOS DESEMBARGADORES
4. PRESSUPOSTOS
    a. TEMPESTIVIDADE
    b. PREPARO
5. EFEITOS
    a. DEVOLUTIVO
    b. SUSPENSIVO (1.019 CPC)
6. DOS FATOS (OU SÍNTESE DOS FATOS / OU BREVE HISTÓRICO)
7. NO MÉRITO (OU DAS RAZÕES DE REFORMA / OU FUNDAMENTOS JURÍDICOS)
8. PEDIDOS
    a. Tutela ou suspensão da decisão (se for o caso)

b. CPR (M)

9. FECHAMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO ...

PROCESSO N.º: ...

[AGRAVANTE], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], [RG], [CPF], [endereço eletrônico], residente no [endereço] vem com o maior respeito à presença deste Juízo, nos autos da [ação de EXEMPLO] que lhe move [AGRAVADO], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], [RG], [CPF], [endereço eletrônico], residente no [endereço], por seu [advogado] com escritório profissional situado no [endereço] que informa em atenção ao art. 1.016, inciso IV do CPC e com fulcro no art. 1.015 e seguintes do CPC INTERPOR o presente:

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

Acosta por oportuno os documentos obrigatórios e facultativos necessários à instrução do presente conforme art. 1017 CPC.

Requer seja o presente recebido, processado e remetido à Câmara competente para o julgamento colegiado no forma das razões inclusas.

Pede deferimento.

[local], [data]

ADVOGADO
OAB/UF

RAZÕES DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVENTE: FULANO
AGRAVADO: BELTRANO
PROCESSO N.°: 1234567-89.2000.8.19.0001
ORIGEM: 1ª VARA CÍVEL DA [COMARCA] DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO [ESTADO]

E. TRIBUNAL,
C. CÂMARA,
N. DESEMBARGADORES.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente interposição é tempestiva em regular atendimento ao disposto no art. 1.003, §5º do CPC. Decisão interlocutória publicada em [data...] sendo este protocolado em [data...].

DO PREPARO

Foram recolhidas as custas e despesas processuais de praxe conforme art. 1.007 do CPC conforme comprovantes inclusos.

DOS EFEITOS

Requer seja o presente recebido com efeitos devolutivo e suspensivo na forma do art. 1.019 do CPC

DOS FATOS

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória que deferiu pretensão do agravado determinando a _____. Cumpre salientar que a _____.

NO MÉRITO

Merece ser reformada a decisão vergastada vez que, em que pese o suposto inadimplemento, o ínclito Magistrado *a quo* deferiu a tutela com contrariando o previsto no artigo 62, inciso II da lei do inquilinato (8.245/91), devendo, portanto, ser reformada a decisão para que seja deferido o prazo de 15 dias ao réu, ora agravante, para purgar a mora.

Averbe-se ainda que o desalijo liminar somente é cabível nas hipóteses previstas no parágrafo 1º artigo do art. 59 da lei 8.245/91, o que demonstra novamente o desajuste da decisão recorrida com a legislação que se impõe ao caso.

As astreintes impostas em caso de descumprimento da determinação que ora se busca modificação são incompatíveis e desproporcionais no caso vez que a medida de remoção de pessoas, o que se admite tão somente por amor ao debate, seria muito mais eficaz e adequada ao atendimento da pretensão.

DOS PEDIDOS

1. Requer seja o presente agravo de instrumento recebido no duplo efeito a fim de suspender a decisão que determinou desocupação sob pena de multa diária até decisão de mérito;
2. Requer seja o presente recurso conhecido e provido para modificar o julgado deferindo-se o prazo de 15 dias para purgar a mora, excluindo-se da decisão recorrida a multa e desocupação por ser de Justiça.

Pede deferimento.

[local], [data].

ADVOGADO

OAB/UF